

Item 27 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 767, de 2017, (Autógrafo nº 32245), vetado totalmente, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Antônio Totó Domingues" ao dispositivo de acesso e retorno tipo rotatória fechada localizado no km 11 + 500 m da Rodovia Raul Forchero Casasco - SP 419, em Alto Alegre. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis ao projeto e contrários ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o projeto e rejeitado o veto.

Item 28 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 769, de 2017, (Autógrafo nº 32325), vetado totalmente, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "José Pereira Parra" ao dispositivo de acesso e retorno tipo trevo em nível localizado no km 25 + 500 m da Rodovia Raul Forchero Casasco - SP 419, em Alto Alegre. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis ao projeto e contrários ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o projeto e rejeitado o veto.

Item 29 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 780, de 2017, (Autógrafo nº 32287), vetado totalmente, de autoria do deputado João Caramez. Dá a denominação de "Vereador Acácio Pinto da Silveira" à passarela de pedestres localizada no km 116 + 200 m da Rodovia Antonio Romano Schincariol - SP 127, em Tatui. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis ao projeto e contrários ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o projeto e rejeitado o veto.

Item 30 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 781, de 2017, (Autógrafo nº 32291), vetado totalmente, de autoria do deputado João Caramez. Dá a denominação de "Monsenhor Teotônio dos Reis e Cunha" à Avenida Marginal localizada na Rodovia Antonio Romano Schincariol - SP 127, duas faixas na pista sul, entre os kms 115 + 33 m e 116 + 84 m, em Tatui. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis ao projeto e contrários ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o projeto e rejeitado o veto.

Item 31 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 798, de 2017, (Autógrafo nº 32286), vetado totalmente, de autoria do deputado Chico Sardelli. Dá a denominação de "Sebastião Carnevali - Vô Tião" ao dispositivo de acesso e retorno SPD - 023/479 localizado no km 23 da Rodovia Miguel Jabur Elias - SP 479, em Américo de Campos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis ao projeto e contrários ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o projeto e rejeitado o veto.

Item 32 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 806, de 2017, (Autógrafo nº 32326), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Nélio Liporoni" ao SPD 23/345 localizado na Rodovia Engenheiro Ronan Rocha SP - 345, em Patrocínio Paulista. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis ao projeto e contrários ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o projeto e rejeitado o veto.

Item 33 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1047, de 2017, (Autógrafo nº 32285), vetado totalmente, de autoria do deputado João Caramez. Dá a denominação de "Jarbas Del Moro" à 265ª Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, em Votorantim. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis ao projeto e contrários ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o projeto e rejeitado o veto.

Item 34 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1173, de 2017, (Autógrafo nº 32292), vetado totalmente, de autoria da deputada Célia Leão. Dá a denominação de "Tiago Henrique Lorençatto" à Estação de Transferência km 110 da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), em Sumaré. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis ao projeto e contrários ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o projeto e rejeitado o veto.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, lembra V. Exas. da sessão extraordinária a realizar-se em 10 minutos.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 14 minutos.

6 DE NOVEMBRO DE 2018 51ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão. Coloca em discussão o veto ao PL 367/18.

2 - FERNANDO CURY

Discute o PL 367/18.

3 - CAIO FRANÇA

Informa que há acordo entre as lideranças para dar por discutido, por duas horas, o PL 367/18.

4 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Registra a manifestação. Levanta a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência.

Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 367, de 2018, (Autógrafo nº 32327), vetado totalmente, de autoria do deputado Marco Vinholi. Altera a Lei nº 16.646, de 2018, que orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2018. Parecer nº 987, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar. (Ausente.) Tem a palavra o nobre deputado Fernando Cury, para discutir o veto ao Projeto de lei 367, de 2018.

O SR. FERNANDO CURY - PPS - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público, telespectadores da TV Assembleia, boa noite.

Queria dizer da alegria de ocupar a tribuna pela primeira vez desde os pleitos dos dias 7 e 28 de outubro. Tivemos a eleição de novos parlamentares e a reeleição de grandes amigos. Tivemos a eleição do nosso governador e do nosso presidente.

Eu gostaria de iniciar parabenizando o nosso presidente eleito, Jair Bolsonaro, pela votação que teve no estado de São Paulo e no País todo e que o credenciuo para ser eleito. Quero cumprimentar o nosso governador eleito, João Doria, e desejar, a ele, sucesso. Que possa ter um governo com muitas conquistas em favor do povo de São Paulo.

Mas também quero aproveitar essa oportunidade para parabenizar o nosso governador Márcio França, que foi um guerreiro. Foi leal aos seus princípios, às suas ideias e aos seus propósitos. Foi leal aos seus companheiros. Tenho a certeza de que combateu o bom combate e tem todas as condições de terminar bem o seu governo, nesses últimos dois meses.

Eu queria aproveitar essa oportunidade para dizer que ainda temos dois meses para que possamos terminar o governo. Não a nossa legislatura, o nosso mandato, que termina em março do próximo ano, mas temos ainda dois meses de governo Márcio França, uma continuidade do governo Geraldo Alckmin.

Peço que esta Casa, de forma sensata, realize os trabalhos de acordo com a consciência desse governo que, como eu disse, é uma continuidade do governo Geraldo Alckmin.

Temos aqui projetos importantes a serem votados nesta Casa. Temos 42 cidades prontas para receberem o título de MIT - Município de Interesse Turístico. É importante que tenhamos um acordo entre os líderes desta Casa, entre os deputados, dentro do Colégio de Líderes. Já havíamos conversado sobre isso na semana passada, dentro do próprio Colégio, mas, infelizmente, a situação não avançou e não tivemos a oportunidade de concretizar a aprovação desses projetos de lei que podem fazer com que 42 cidades paulistas recebam o título de Município de Interesse Turístico.

Aproveito para pedir tranquilidade para que possamos discutir com qualidade e aprovar os projetos de que tanto precisamos, em favor do Governo do Estado: o projeto de extinção do Ipesp e também o crédito para a Sabesp. São projetos importantes que o Governo do Estado precisa aprovar aqui dentro da Assembleia Legislativa.

Peço que esse clima de disputa eleitoral, de campanha eleitoral, se encerre, para que possamos seguir o nosso trabalho da forma mais tranqüila possível. O período eleitoral já passou, já tivemos as divergências encerradas. Agora, é hora de estarmos unidos: o Governo, a oposição, o nosso time, que lutou ao lado do governador Márcio França, e o time da coligação do governador João Doria.

Temos agora a obrigação de continuar fazendo com que o estado de São Paulo seja, sem dúvida nenhuma, a locomotiva de nosso País, o estado do desenvolvimento em nosso País. Temos que dar exemplo para o nosso País e continuarmos juntos, despindo-nos de bandeiras político-partidárias.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Sr. Presidente, fizemos um acordo entre todas as lideranças para dar duas horas como discutidas em relação ao presente projeto.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Perfeito. Consulto as lideranças se existe realmente esse acordo ou se alguém se opõe ao acordo firmado. Havendo acordo, vamos registrar.

Devolvo a palavra ao orador que ocupa a tribuna, para que ele possa fazer a conclusão de sua fala.

O SR. FERNANDO CURY - PPS - Sr. Presidente, havendo o acordo entre as lideranças, encerro a minha fala. Como falei, temos ainda os trabalhos de amanhã e desejo que tudo possa ocorrer dentro de nossa expectativa, dentro de tudo aquilo que foi combinado no Colégio de Líderes. Espero que possamos ter tranquilidade para continuar o nosso trabalho.

Encerro a minha fala, abrindo mão do tempo restante para que possamos cumprir o compromisso firmado por nossos líderes em Plenário.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a presente sessão.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 19 horas e 34 minutos.

7 DE NOVEMBRO DE 2018 144ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: DOUTOR ULYSSES
Secretaria: CORONEL TELHADA
RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - DOUTOR ULYSSES

Assume a Presidência e abre a sessão. Anuncia a visita de alunos da Escola Municipal Sidronia Nunes Pires, em Cotia, acompanhados pela professora Daliana Rodrigues Nogueira. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão solene, a realizar-se às 20 horas do dia 14/12, em "Homenagem aos cem mil atendimentos de urgência e emergência da Max Emergências Médicas", por solicitação do deputado Itamar Borges.

2 - MARCOS LULA MARTINS

Informa que, em reunião da Comissão do Meio Ambiente desta Casa, realizada ontem, foi discutido o rompimento de barragem em Mariana, Minas Gerais, ocorrido há três anos. Comunica que, nesta reunião, foi aprovada moção para que o governo federal não faça a fusão dos ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura. Destaca que uma das funções do Ministério do Meio Ambiente é realizar a fiscalização ambiental.

3 - WELSON GASPARINI

Lê matéria do jornal Folha de S.Paulo do dia de hoje sobre os malefícios do saneamento básico precário no País. Defende o acesso universal à água e ao esgoto para toda a população. Explica que o acesso ao saneamento básico pode trazer desenvolvimento econômico ao Brasil. Pede ao governador eleito, João Doria, e ao presidente eleito, Jair Bolsonaro, que a garantia à água e ao esgoto tratados seja uma prioridade de suas gestões.

4 - CORONEL TELHADA

Informa que em 07/11 de 1910 ocorreu o primeiro voo comercial do mundo e, em 07/11 de 1896, começou a Guerra de Canudos, combatida pela Polícia Militar. Apresenta vídeo filmado por civil na região de Ribeirão Preto, que mostra pessoa atirando em helicóptero da Polícia Militar, utilizando um fuzil. Comenta ataque de dez criminosos com fuzis a um carro forte, causando vítimas entre policiais militares. Cobra a valorização das polícias, com salários dignos.

5 - CARLOS GIANNAZI

Informa que entrou com representação no Ministério Público estadual contra o movimento Direita Sorocabana, que incita os alunos a filmarem as aulas de professores, acusando-os de doutrinação ideológica. Lembra que o Supremo Tribunal Federal e a Procuradoria Geral da República se manifestaram contrariamente ao projeto Escola sem Partido, considerando-o inconstitucional. Faz críticas à deputada eleita de Santa Catarina, que fez vídeo estimulando alunos a filmarem seus professores em sala de aula. Informa que seu mandato criou um disque-denúncia contra o projeto Escola sem Partido. Anuncia que, no dia 13/11, às 19 horas, no Plenário Franco Montoro desta Casa, deverá ser realizada audiência pública contra a intimidação e perseguição dos professores do estado de São Paulo. Crítica declarações do presidente eleito Jair Bolsonaro sobre a extinção do Ministério do Trabalho. Rebate pronunciamento do deputado Coronel Telhada sobre a Guerra de Canudos, enaltecendo a figura de Antônio Conselheiro, seu líder.

6 - SEBASTIÃO SANTOS

Anuncia a presença da vereadora Dona Cidinha, da Câmara Municipal de Jaboticabal, acompanhada do Sr. José Carlos de Abreu, presidente do Serviço de Água e Esgoto de Jaboticabal. Defende a aprovação do PL 635/18, que classifica diversos municípios como Municípios de Interesse Turístico. Informa que estes municípios receberão recursos que se reverterão em benefícios para a população local.

7 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, saúda a presença nas galerias de executivos públicos e analistas em defesa do PLC 32/18 e da emenda 4. Comunica que em 07/11 comemora-se o Dia da Luta em Defesa dos Direitos e da Dignidade dos Servidores do Judiciário. Informa sua participação em manifestação em frente ao Tribunal de Justiça, na Praça João Mendes, em defesa desses servidores. Apela pela aprovação do PLC 30/13.

8 - GUSTAVO PETTA

Lamenta a extinção do Ministério do Trabalho, anunciado pelo presidente eleito Jair Bolsonaro. Crítica posicionamento de Paulo Guedes, futuro ministro da Economia, sobre o fim dos investimentos em cultura pelos Sescs. Defende o respeito à Constituição Federal de 1988, em especial à liberdade de expressão. Destaca que o novo secretário da Educação escolhido por João Doria, Rossieli Soares da Silva, manifestou-se diversas vezes contra o programa Escola sem Partido. Crítica a perseguição dos professores em sala de aula.

9 - WELSON GASPARINI

Faz comentários sobre a crise política-administrativa do país. Pede união na busca de novos tempos para o Brasil. Relata diversos assaltos ocorridos na região de Ribeirão Preto. Lamenta riscos a jovens que estudam no período noturno. Discorre sobre a superlotação dos presídios no estado de São Paulo. Relata caso ocorrido em Estocolmo sobre a cidadania e os princípios morais em vigor neste país.

10 - WELSON GASPARINI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

11 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 08/11, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Doutor Ulysses.

O SR. PRESIDENTE – DOUTOR ULYSSES - PV - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO – CORONEL TELHADA – PP - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Srs. Deputadas, Sras. Deputadas, esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a visita dos alunos da escola Sidronia Nunes Pires, da cidade de Cotia, acompanhados pela responsável, professora Daliana Rodrigues Nogueira. Queremos, em nome de toda a Assembleia Legislativadar-lhes as boas-vindas e saudá-los com uma salva de palmas. (Palmas.)

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência, atendendo solicitação do nobre deputado Itamar Borges, convoca V. Exas., no termos do Regimento Interno, para uma sessão solene a realizar-se no dia 14 de dezembro de 2018, às 20 horas, em homenagem aos 100 mil atendimentos de urgência e emergência, da Max Emergências Médicas.

Tem a palavra o nobre deputado Marcos Lula Martins.

O SR. MARCOS LULA MARTINS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, público nas galerias, estudantes, àqueles com interesse no País, como caminha a humanidade, a nossa saudação fraterna, e também aos que nos acompanham pelo serviço de som.

Ontem tivemos uma reunião na Comissão do Meio Ambiente. A preocupação era justamente a situação em Mariana, o derramamento de produtos químicos no rio Doce, em Minas Gerais, até o Espírito Santo. Decidimos por fazer uma moção, que deverá ser encaminhada, para que o governo não faça a fusão da Secretaria do Meio Ambiente com a Secretaria da Agricultura.

Essa fusão tira a autonomia do Meio Ambiente, e uma função dela é fiscalizar não só a terra, a água, o ar, a poluição, enfim, tudo aquilo que faz mal à vida das pessoas. O pedido está praticamente aprovado por todos os deputados, faltando fazer apenas a redação, para que o governo federal não faça essa fusão.

O que aconteceu em Mariana tem acontecido em todos os lugares, produtos menores mas com problemas sérios. A fiscalização do meio ambiente tinha sido feita em 2013, através da Secretaria da Saúde, Ibama e Anvisa. A empresa já havia sido avisada de que havia risco de o muro cair. E aconteceu o que aconteceu, atingindo o Espírito Santo, matando 19 pessoas, peixes e animais.

Havia já um aviso, e em 2015, está fazendo três anos, ocorre essa catástrofe. Até hoje não temos solução. Passamos por dois governos estaduais. Os moradores, as casas foram invadidas e derrubadas. A despoluição do rio, a matança de peixes e animais até agora ainda sem solução. Imagine se fizer uma fusão dos dois ministérios. Ali, tinha ainda fiscalização e que tinha de fazer uma advertência à empresa, que é uma ligação com a Vale do Rio Doce, aquela empresa da Dinamarca que deve ser privatizada agora. Imagine se isso não tiver uma fiscalização, como o Ministério da Saúde, através da Anvisa e do Ibama, para fiscalizar a agricultura que está tomando conta.

Já temos o problema do agrotóxico. Está aí uma lei para ser mudada e fazer a liberação do uso desse veneno que é utilizado depois da agricultura nos nossos alimentos e que tem contribuído para aumentar cada vez mais precocemente o câncer e outras doenças nas grandes cidades e também naqueles que se alimentam. Todo mundo tem que se alimentar, não é? Todo mundo está correndo risco.

O Parkinson também é uma outra consequência disso. E o nosso querido presidente, o nosso Doutor Ulysses, sabe disso e sabe das nossas dificuldades, os problemas que nós enfrentamos. Fica aqui o nosso registro e a nossa preocupação. Esperamos que essa moção para que não haja essa fusão seja encaminhada pela Secretaria do Meio Ambiente para o governo federal, para o Congresso, para que não se faça essa separação e para se preservar a vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini.

O SR. WELSON GASPARINI - PSDB - Exmo. Sr. Presidente desta sessão, deputado Doutor Ulysses, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o jornal “Folha de S. Paulo” traz hoje uma matéria que deve, sem dúvida alguma, atingir seriamente os administradores públicos de nosso País, num texto da jornalista Tais Hirata baseado em dados do instituto Trata Brasil.

A manchete é: “Saneamento básico precário faz o Brasil perder 56 bilhões de reais por ano”. Depois, falam que os governantes não têm dinheiro para atender as responsabilidades administrativas dos poderes públicos. Têm dinheiro sim. É que, infelizmente, o dinheiro tem sido mal aplicado.

Falta dinheiro para a Saúde, para a Educação e para a Segurança Pública. Mas, infelizmente, além do dinheiro roubado neste País - mais do que provado através de denúncias feitas e de investigações que obrigam, inclusive, aqueles ladrões do dinheiro público no País a devolverem, pelo menos, alguma desse dinheiro roubado - nós estamos vivendo essa triste realidade.

Eu já disse desta tribuna: existem provas do retorno quintuplo de cada real investido pelos governantes em saneamento básico, isto é, em água devidamente tratada, em esgoto devidamente tratado e inclusive, em ter água e esgoto em todas as residências, bem como o tratamento do esgoto no final; infelizmente, mais de 51% do esgoto colhido em nosso País é jogado nos córregos e nos rios, causando um problema grave de poluição.

Vejam bem: essa matéria da “Folha de S. Paulo”, baseada no estudo do Instituto Trata Brasil, afirma: o Brasil deixa de gerar 56 bilhões de reais por ano por não ter universalizado o seu sistema de saneamento básico. Se hoje todo brasileiro tivesse acesso à rede de água e esgoto, os ganhos econômicos iriam muito além dos empregos gerados, das obras realizadas ou dos impostos pagos.

Os benefícios potenciais incluem a valorização imobiliária e o desenvolvimento do turismo em várias regiões hoje sem acesso ao saneamento básico. A produtividade do País também teria ganhos notáveis porque os problemas de saúde provocam condições precárias aos trabalhadores que acabam, por doenças, faltando ao serviço. Crianças que deixam de ir às escolas nas aulas normais perdem vários dias de estudo também por doenças provocadas por falta de saneamento básico da água fornecida à população.

Manchetes de jornais têm demonstrado: 52% da população brasileira não tem água tratada e não tem privada nas suas casas. Vejam o absurdo! Cinquenta e dois por cento das famílias não têm o mínimo de dignidade para viver em suas residências...

Faço um apelo, neste instante, aos dois políticos vencedores nessas eleições. Primeiro, ao governador eleito do estado de São Paulo, João Doria. Governador eleito João Doria, dê prioridade na administração futura do estado de São Paulo ao saneamento básico. Faça uma programação urgente para garantir que, em tal período, - no máximo em dez anos - todas as residências habitadas no estado de São Paulo tenham água devidamente tratada, rede de esgoto e também o tratamento do esgoto coletado nas casas dos moradores do estado de São Paulo.

O estado de São Paulo tem de ser um exemplo para o País na questão do saneamento básico. É um apelo que eu faço. Governador eleito João Doria: coloque como prioridade número um garantir, em todas as residências do estado de São Paulo, água devidamente tratada, coleta do esgoto e, depois, o tratamento do esgoto a ser colhido em todas as residências de São Paulo.

O mesmo pedido eu faço, neste instante, ao presidente eleito do Brasil.

Bolsonaro, faça pelos brasileiros, como prioridade número um da sua administração, resolver o problema de saneamento básico, bastante precário em nosso País, ensejando a presença de tantos doentes tomando superlotados os hospitais brasileiros!

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada, pelo tempo regimental.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Doutor Ulysses, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV AleSp, visitantes, funcionários desta Casa, policiais militares aqui presentes, na figura do cabo Armando, eu cumprimento todo o pessoal da assistência militar, cumprimento os jovens que estão aqui. Sejam bem-vindos, é um prazer recebê-los na nossa Casa. Cumprimento também o meu amigo coronel Chiari e coronel Salgado, que estão visitando esta Casa na tarde de hoje - os dois foram meus comandantes na Rota -; prazer tê-los aqui conosco.

Sr. Presidente, antes de falarmos um pouco sobre Segurança Pública, quero lembrar que a data de hoje, 7 de novembro de 1910 - já falei isso na minha página do facebook, onde sempre lanço as novidades do dia - nós tivemos a realização do primeiro voo comercial do mundo. Notem, então, que é um avião biplano bem antigo.

Em relação ao Brasil, no dia 7 de novembro de 1896 começou, na Bahia, a Guerra de Canudos. Nessa guerra, que durou quase dois anos, nós tivemos a participação do meu batalhão, Batalhão Tobias Aguiar, que se seguiu para aquele Estado, onde combateu os jagunços sob o comando de Antônio Conselheiro. Uma página da nossa história que, inclusive, consta na canção da Polícia Militar.

Falando em guerra, quando falamos em Segurança Pública e dizemos que nós estamos em guerra contra a criminalidade, muita gente duvida e acha que estamos exagerando, coronel Chiari. Achem que estamos exagerando quando falamos em guerra, coronel Salgado.

Quero falar sobre uma ocorrência que aconteceu hoje, nessa manhã, no interior de São Paulo. Todo mundo fala que o interior é tranquilo, que é um lugar sossegado, não é mesmo deputado Welson Gasparini, dizem como é bom morar no interior, pois lá não tem violência. Pois bem, nesta quarta-feira, dia 7 de novembro, na região próxima a Cajuru, na região de Ribeirão Preto, houve uma ocorrência - queria primeiro que o Machado colocasse um vídeo. Por favor, vamos mostrar esse vídeo antes de falarmos, propriamente, da ocorrência.

- É exibido o vídeo.

Não sei se dá para ver bem. Isso foi filmado por um civil. Os criminosos estão atrás de um carro, parece-me ser um HB-20, ou um Gol - não dá para ver direito - efetuando disparos de fuzil para o ar. Eles não estão atirando para o ar e sim no helicóptero da Polícia Militar. Eu queria lembrar à Rede Globo que não é guarda-chuva; não é guarda-chuva; é fuzil mesmo!

Dai a pessoa fala “isso aqui é cena que nós assistimos na Síria, nós assistimos nos países em conflitos, em guerras”. Mas o Brasil não tem novidade. No Brasil, está tudo bem. Está aqui para vocês verem. Por favor, Junior: agora é com você meu jovem, coloque a foto do carro forte que foi explodido pelos bandidos.

- É exibida a foto.
